

CPI - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE

09.05.2018

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME**CPI - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE****09.05.2018**

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato 17/2018, com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades nos contratos celebrados com as Organizações Sociais de Saúde pelas prefeituras e pelo Estado de São Paulo. Registro a presença dos nobres deputados; Cezinha de Madureira, Roberto Morais, Wellington Moura, Barros Munhoz e este presidente, Edmir Chedid.

Solicito à secretária que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de pedir a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É regimental a solicitação do nobre deputado e vice-presidente Wellington Moura. Se todos os Srs. Deputados concordam, está dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, e aprovada.

Objeto da reunião, pauta para deliberação. Antes disso, gostaria de agradecer o Sr. Gustavo Pereira, representante do TCE que acompanha os nossos trabalhos. Cumprimento o Luiz Cláudio Marcolino, que estou vendo ali, está rejuvenescido o nosso deputado da Casa. Obrigado por sua presença também. Fico muito feliz. Está voltando com tudo, se Deus quiser. Tomara que estejamos aqui para ver ele na tribuna de novo.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Cezinha de Madureira.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Só para uma informação. Cumprimentar a todos os deputados e funcionários da Casa, os visitantes. Sejam muito

bem-vindos. Deputado, nós aprovamos um requerimento de minha autoria, o Dr. Haino. Queria saber de V. Exa. se já tem previsto alguma data para o agendamento.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - A assessoria nos informa que estamos esperando. Solicitamos a presença dele na próxima semana, e estamos esperando a confirmação dele. Ainda não confirmou. Vamos à pauta.

Item um, requerimento 19/2018. Vou pedir para o vice-presidente, deputado Wellington Moura, para que assuma a Presidência, já que o requerimento é de minha autoria.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Wellington Moura.

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Item um, de autoria do deputado Edmir Chedid, número 19/2018, requer a convocação do Sr. Antônio Rugolo Junior, secretário adjunto da Secretaria de Estado da Saúde, com objetivo de prestar informações e esclarecimentos sobre assuntos pertinentes ao objeto desta CPI.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, presidente. Solicitaria que a convocação fosse transformada em convite.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não tenho objeção.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pergunto a todos os deputados se há comum acordo.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Agora o nobre deputado Barros Munhoz, que é um grande articulador, poderia garantir a presença dele aqui. Fazer uma conversa para vir logo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu garanto que vou me empenhar, mas ainda não estou garantindo que consigo tudo a que me proponho. Estou chegando lá. Mas sem dúvida, vou fazer.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Então fica meio que acordado que o deputado Barros Munhoz consiga que esse convite possa vir. Caso não venha, transformamos em convocação. Em discussão, transformado em convite. Em votação. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado o requerimento convidando o Sr. Antônio Rugolo Junior, secretário adjunto.

Devolvo a palavra ao presidente Edmir Chedid.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Edmir Chedid.

* * *

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito obrigado deputado Wellington Moura, pela condução dos trabalhos. Agradeço aos deputados pela aprovação do requerimento. Antes de dar prosseguimento ao item dois, quero fazer uma comunicação aos senhores. Fui hoje pessoalmente, às dez da manhã, entregar o nosso ofício aprovado por essa Casa, para convidar o procurador geral do Ministério Público para vir até a CPI fazer suas explanações, trazer quem ele desejar. E pedi também o acompanhamento de um promotor para a nossa CPI. Comunico aos Srs. Deputados que fui muito bem recebido, e ele ficou muito feliz com a proposta. Disse que virá aqui numa data que agendarmos, com muito prazer, para colaborar com essa CPI.

Item dois, proceder à oitiva do Sr. Mauri Bezerra dos Santos Filho, representando o Conselho Estadual de Saúde na Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão das OSS. Convidado com a finalidade de prestar esclarecimentos pertinentes ao objeto dessa CPI. Gostaria de pedir por gentileza que tomasse assento ao meu lado direito. Seja bem-vindo Mauri, vamos estipular um prazo de 20 minutos mais ou menos, para que depois possamos fazer os questionamentos que os Srs. Deputados desejarem. O senhor

faz a sua explanação. O deputado Carlos Neder avisou que estava preso no trânsito, hoje realmente está ruim, mas acaba de chegar e quero registrar sua presença.

O Mauri tem acompanhado todas as audiências aqui. Então fique à vontade, por favor.

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Boa tarde a todos e todas. Quero desde já agradecer o convite. Me sinto honrado por poder contribuir com a CPI, porque o Sistema Único de Saúde carece de uma atenção maior. Todos os dias o SUS sofre ataque, e não é diferente aqui no estado de São Paulo. Um dos ataques é na investida, no meu ponto de vista, sem medidas, da implantação de gestão em todos os hospitais novos, e agora inclusive nos atuais das organizações sociais. Um modelo que enxergamos como deficitário para a manutenção do SUS.

Nesse sentido, quero me apresentar. Sou Mauri Bezerra, dirigente sindical do SindSaúde de São Paulo, conselheiro estadual de saúde, e representante do Conselho Estadual de Saúde na comissão que avalia os contratos de gestões firmados com a Secretaria da Saúde. Desde já deixar claro que essa comissão, a exemplo do que já disse aqui a coordenadora Eliana, não tem a função de fiscalização. Ela apenas acompanha os contratos firmados com as organizações sociais, e o acompanhamento é dado de maneira global, muito mais no sentido de cumprimento de metas.

O Tribunal de Contas já salientou aqui alguns dados, e não vou repeti-los. Mas gostaria de fazer alguns recortes nos dados apresentados pelo Tribunal de Contas. Para esse ano, destinado próximo de seis bilhões de reais para as organizações sociais. Certamente esse valor irá ultrapassar esse ano, porque já foram entregues mais dois hospitais novos. Então a exemplo de outros anos, certamente esse valor será superado. Cinco OSS detêm 75% de todos os contratos firmados com a Secretaria da Saúde. Apenas duas detêm 43% de todos os contratos - a SPDM com 23% e a Seconci com 20%.

Um outro dado que chama a atenção é que as organizações sociais não respeitam o decreto governamental que obriga a divulgação dos salários pagos de todos os funcionários. Decreto 62.528, de 2017, assinado em 31 de março pelo então governador Alckmin, diz em seu Art. 2, na celebração dos contratos de gestão que trata a Lei Complementar 846, a lei que rege as OSS aqui no estado, os órgãos e entidades da administração pública. No seu item E; a organização social deve disponibilizar em seu site a remuneração bruta e individual paga com os recursos contratados na gestão de

todos os seus empregados. As OSS não cumprem esse decreto, que já completou um ano agora em março. Portanto, se a verba que as OSS recebem é pública, deveria ter transparência em sua utilização.

No que tange ao Conselho Estadual de Saúde, no qual estou conselheiro no meu segundo mandato, foram apresentados dois relatórios, e também já vou deixar aqui para a Comissão, do ano de 2015 e 2016. Nessa comissão de acompanhamento dos contratos nós já identificamos que algumas OSS já não cumpriam metas estabelecidas nos contratos. E muitas vezes responsabilizando os usuários por não comparecimento dos pacientes, e dando um prejuízo aos cofres do Estado. Então são dois relatórios, um de 2015 e outro de 2016, apontando essas irregularidades. Portanto, o pleno do conselho recomendou ao secretário da Saúde que cobrasse dessas OSS os valores devidos. O então secretário da Saúde David Uip não aceitou as recomendações do conselho.

O Tribunal de Contas já mencionou aqui diversas irregularidades, mas também não apontou. Colocou de maneira genérica. Com essa oportunidade quero trazer alguns exemplos que deixará claro a maneira como as OSS agem dentro dos hospitais com seus subcontratos. A partir desses exemplos que vou colocar aqui, são cinco, e priorizei, já dando uma explicação, os maiores contratos acima de um bilhão de reais por ano, e exemplo das cinco maiores OSS que prestam serviços aqui para a Secretaria da Saúde. Antes de colocar os cinco contratos principais suspeitos ou com alguma irregularidade, só uma observação. Os contratos aqui demonstrados são de valores superiores a um bilhão/ano. Mas tem muitos outros inferiores denominados como tratamento médico, com diversas especialidades médicas.

Todos esses contratos são enviados através de um portal de internet próprio da Coordenadoria de Gestão de Orçamentos e Finanças, como forma de prestação de contas das OSS. Portanto, a Secretaria de Estado da Saúde tem conhecimento desses contratos. É a forma como se dá o pagamento para as OSS. A base de dados dessa prestação de contas é de 2016, e em fase de implantação. Muitos hospitais gerenciados pelas OSS ainda não publicaram esses contratos no portal. Um exemplo bem claro é a Maternidade Santa Isabel, gerenciada pela OSS Famesp, que por coincidência foi presidida pelo atual secretário adjunto da Secretaria de Estado da Saúde.

Então a partir dessas observações que citei aqui, vou agora apresentar e isso ficará tudo disponível para a Comissão, a cópia dos contratos para que os senhores tenham a oportunidade, com suas assessorias, de observar do que vou expor agora aqui. Por exemplo, o Hospital Geral de Carapicuíba, que inclusive a comissão de

acompanhamento dos contratos, a partir de denúncias que recebemos e da própria constatação de que essa OSS não estava cumprindo com as metas estabelecidas, fizemos uma visita. A comissão fez uma visita in loco, e fomos muito bem recebidos obviamente, numa visita agendada. Então transpareceu ali na maior tranquilidade.

O Hospital Geral de Carapicuíba, Organização Social Cruzada Bandeirante de São Camilo. Contrato no valor de três milhões, 325 mil e 600 por ano. Empresa contratada, SAM Clínica Médica Sociedade Empresária Limitada. O proprietário dessa empresa é um médico servidor público estadual. Seu nome está aqui. A partir do Portal da Transparência, também deixamos o seu registro junto à Secretaria da Saúde. É o Dr. Michel Fukusato. Ele e mais quatro sócios também funcionários públicos do Estado de São Paulo, são donos dessa empresa que presta serviços para o Hospital Geral de Carapicuíba, OSS Cruzada Bandeirante.

Lembrando que a Lei 10.261 de 68, o Estatuto do Funcionalismo Público proíbe, no seu Art. 243, fazer contratos de natureza comercial, industrial com o governo ou representantes de outrem, participar da gerência ou administração de empresas ou de sociedades comerciais que mantenham relações comerciais ou administrativas com o Governo do Estado de São Paulo. Ou seja, ele já infringiu uma lei. O Hospital Geral de Pirajuçara, Organização Social SPDM. Contrato no valor de três milhões, 703 mil e 911 por ano. Empresa contratada é a Ped Care Serviços Médicos Pediátricos. Empresa com endereço particular.

Uma empresa que tem um contrato num montante desses de quase quatro milhões por ano, e minimamente não tem endereço comercial. O endereço comercial é o apartamento do dono. Minimamente suspeito. Empresa com nove servidores públicos estaduais sócios, médicos contratados pela Secretaria de Estado da Saúde. Hospital Geral de Itapecerica da Serra, Organização Social Seconci. Contrato no valor de cinco milhões, 96 mil e 400 por ano. Empresa contratada é a Ortiz Cirurgia Ortopédica, com contrato genérico sem especificar a quantidade de profissionais para prestar os serviços do contrato. Destinando ainda supervisão e coordenação dos serviços de ortopedia à contratada.

Ou seja, eu contrato uma empresa para me prestar o serviço e ela mesma que administra e supervisiona o trabalho que faz.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Isso é a quarteirização que o senhor está dizendo?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Tudo isso é quarteirização. São serviços prestados de atividades fim destinados para outra empresa servir. Essa empresa ortopédica tem três sócios servidores públicos, também da Secretaria de Estado da Saúde.

Hospital Estadual Francisco Morato, Organização Social Fundação ABC. Contrato no valor de três milhões, 366 mil, 674 por ano. Empresa contratada é a NAM - Neonatal Assistência Médica Limitada, com contrato genérico também, sem especificar a quantidade de profissionais para prestar o serviço, destinando a gerência também administração da UTI neonatal e o berçário. De novo, uma empresa com contrato de quatro milhões com endereço particular, sem sequer um endereço comercial. Essa empresa tem cinco servidores públicos médicos contratados pela Secretaria de Estado da Saúde.

Maternidade Santa Isabel, Organização Social Famesp. Contrato no valor de um bilhão, 161 mil, 108. Empresa contratada é a Serviços de Anestesiologia de Bauru, com contrato também genérico e sem especificar a quantidade de profissionais para prestar o serviço contratado. Aqui uma curiosidade, se é que podemos chamar assim. Assinado pelo atual secretário adjunto, Dr. Antônio Rugolo Junior. Então citei aqui cinco exemplos do que minimamente chama a atenção, ou por irregularidades já demonstradas, ou com algum tipo de suspeita. Por fim, para não tomar muito tempo, faço uma observação final dessa empresa SAM Clínica Médica Sociedade Empresária Limitada.

A propriedade é do então Dr. Michel Fukusato. Essa empresa tem contrato com três hospitais no estado de São Paulo. O Hospital Geral de Guarulhos, OSS SPDM, com contrato de quatro milhões e 534 mil, o Hospital Geral de Carapicuíba, esse que citei, com três milhões e 25, o Hospital Geral de Pirajuçara com três milhões e 926 mil. O valor total dos contratos é de 11 milhões, 786 mil, 437 por ano. Ou seja, 982 mil, 206 por mês.

Peço licença presidente, para fazer uma ilustração para demonstrar que maneira clara, a respeito desses valores. Segundo o site especializado em franquias, empreendedor.com.br, o faturamento médio no Brasil, especificamente em São Paulo, de uma franquia de uma lanchonete norte-americana muito conhecida gira em torno de 690 mil por mês bruto. Temos que considerar todos os riscos de investimentos, pagamentos de impostos de uma empresa como essa. No caso da SAM Clínica Médica

Sociedade Empresária Limitada, que tem como custo exclusivamente a mão de obra especializada, sem precisar se preocupar com investimento, fornecedor, calote, etcetera, podemos concluir que é um excelente negócio ser anestesista contratado por uma OSS em São Paulo.

Fico à disposição para maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito obrigado. Já temos inscrito o nobre deputado Cezinha de Madureira, que fará uso da palavra para seus questionamentos.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Boa tarde mais uma vez a todos. Sr. Mauri Bezerra, é isso? O senhor participa como representante do Conselho Estadual de Saúde, na comissão de avaliação dos contratos das OSS, correto?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Correto.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor se reunia com os demais representantes da comissão? Como e quando aconteciam essas reuniões? Vou te fazer várias perguntas, e depois o senhor me faz uma explanação de todas, como achar que deve. Quem conduzia, dentro da Secretaria da Saúde, essas reuniões contigo? Após essas reuniões, havia alguma ata? E onde e com quem fica essa ata? O senhor protocolou alguma denúncia formal na secretaria? Se positivo, poderia me informar para quem endereçou essas provocações suas? São essas as minhas perguntas.

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Ok deputado, obrigado. As reuniões acontecem trimestralmente, inclusive são reguladas pela Lei 846/98, que rege as organizações sociais. Ela é presidida pelo Dr. Haino, que é quem está sendo convidado a participar dessa comissão. Existem atas dessas reuniões, e a cada reunião é votado os relatórios apresentados. Quero reafirmar, como já disse anteriormente, que é um relatório de cumprimento de metas. Ele é de maneira global, e não tratado sob prestação de contas. Apenas de cumprimento de metas. Então existe uma votação final...

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Mas desse cumprimento de metas o senhor acompanha todo o processo, e consegue, sendo conselheiro ali, ver as irregularidades. Ou não?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - A partir desses relatórios apresentados não. Sou um dos coordenadores da Comissão de Orçamento e Finanças do conselho, esses contratos eu tive acesso a partir da comissão. Por essa comissão regulamentada pela Lei 846, nós não temos acesso. É esses contratos. O SindSaúde de São Paulo, sindicato do qual sou dirigente, fez uma representação ano passado ao Ministério Público do Estado de São Paulo, colocando exatamente as irregularidades apontadas por não cumprimento de metas. Essa denúncia foi arquivada porque a secretaria respondeu ao Ministério Público, que achou que era suficiente e arquivou.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Mas se o senhor fez questionamento ao Ministério Público, como o senhor vê isso? Uma vez que o senhor achou irregularidades, denunciou ao MP e de repente eles arquivaram?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - É uma prerrogativa do Ministério Público arquivar. Se ele achou que não deveria transformar em denúncia, arquiva-se.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Então significa que foi em vão a denúncia que o senhor fez?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Não sei se foi em vão, mas pelo menos a parte que nos cabia.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor fez uma denúncia e de repente o Ministério Público arquivou.

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - A parte que nos cabia nós fizemos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Um aparte, deputado?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Por favor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor sabe que aqui na CPI, quando se apura alguma coisa, a CPI não toma nenhuma providência, a não ser encaminhar para o Ministério Público. O que o senhor está pleiteando então é que novamente a sua denúncia vá para o mesmo lugar, o MP?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Estou prestando esclarecimentos. Não sei do caminho futuro da CPI. Estou aqui como convidado prestando esclarecimentos, por participar do Conselho Estadual de Saúde e também da comissão que acompanha os contratos.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Ok, continue por favor.

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - É isso. A denúncia que nós fizemos é essa que eu citei. As reuniões trimestralmente é o Dr. Haino que preside. Existe ata e votação, e a denúncia enviada ao Ministério Público.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Se a comissão pedir cópia dessas atas, para quem pedimos?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - À presidência da comissão, que é o Dr. Haino. Certamente deve ter lá. Até onde sei não é publicado.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Ok, muito obrigado Sr. Presidente. Por enquanto estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Deputado Carlos Neder está inscrito, e depois o deputado Barros Munhoz.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Em primeiro lugar quero cumprimentar o Sr. Mauri, elogiar a maneira organizada como ele trouxe os dados necessários para essa CPI. É preciso informar que a Assembleia Legislativa tem dois representantes

nessa comissão de avaliação de acompanhamento dos contratos de gestão. O deputado Gil Lancaster e eu. Logo que cheguei na primeira reunião, observei a ausência de ata. Eu propus que as reuniões passassem a ser gravadas e as atas oferecidas aos membros. Isso foi aprovado.

Em segundo lugar, propus que não fazia sentido nós fazermos reunião a cada três meses analisando trimestres. Mas era preciso que no último trimestre de cada ano houvesse um relatório do ano completo. E assim passou a ser feito. Portanto, gostaria de sugerir à V. Exa. que ao requisitar cópia de atas, peça exatamente a do último trimestre de cada ano, porque é acompanhada de um relatório anual de como se desenvolver os trabalhos dessas organizações sociais. Terceiro, que como foi dito aqui, essa comissão analisa papéis, e nós insistimos que era preciso que ela fizesse visitas in loco. Exatamente por isso, foram feitas duas visitas. A primeira delas no Hospital de Carapicuíba, e a segunda no Hospital de Grajaú.

Logo após a visita no Hospital do Grajaú, houve a mudança da diretoria do hospital. Nós aprovamos que uma terceira seria realizada em Bauru, e até o momento não foi agendada, para sabermos como a Famesp, que indicou agora o secretário adjunto, vem atuando.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor me concede um aparte? Inclusive nós temos acompanhado há mais de um ano centenas de problemas na saúde de Bauru e região.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Foi exatamente esse o critério que nos fez sugerir primeiro Carapicuíba na Grande São Paulo, e depois um hospital da capital, no Grajaú, na Zona Sul. E depois fizemos a proposta de um terceiro hospital no interior, sob gestão de uma das mais importantes, e naquele momento ainda não havia sido indicado o secretário adjunto. Mas a preocupação era exatamente essa, as denúncias que têm aparecido, e a controversa toda sobre a atuação dessa organização social.

Queria destacar aqui alguns aspectos da apresentação feita pelo membro do Conselho Estadual de Saúde. Primeiro, e quero aqui comprovar o que ele disse, ali são tratadas informações de ordem global. Portanto, o que foi autorizado pelo parlamento, quais foram as metas definidas, e se eventualmente elas foram ou não cumpridas. Entretanto, o que ele traz aqui de novo para nós são os contratos efetivamente firmados. E nós não temos acesso a esses contratos na comissão de avaliação das organizações

sociais. Acho isso dá maior importante. E segundo nos é informado, esses contratos foram obtidos através do Conselho Estadual de Saúde e da comissão que acompanha o orçamento e as finanças da secretaria.

As informações trazidas são gravíssimas. Eu fiz parte da CPI do PAS - Plano de Atendimento à Saúde na Câmara Municipal de São Paulo, quando do governo de Paulo Maluf. E ali nós identificamos a existência de falsas cooperativas médicas e de trabalhadores, empresas fantasmas, desvio de finalidade, uso indevido de recursos públicos para fins pessoais, e uma maneira totalmente inapropriada de servidores públicos se apropriarem de recursos públicos em benefício próprio e de particulares, que se traduziram inclusive na compra de apartamentos, carros de luxo e iates. A CPI do PAS levou à prisão alguns dos denunciados.

A informação trazida aqui, se verídica, nos diz o seguinte. Empresas de faixa, algumas delas inclusive com endereços na casa ou no apartamento da pessoa. Sem expertise, uma exigência da lei que aprovamos aqui, a Lei 846/98, sem um corpo de funcionários que permita a ela cumprir as obrigações decorrentes do contrato firmado, recebendo valores acima de um milhão de reais por mês, ou por ano, dependendo do porte da empresa. E inclusive com denúncias de que teriam mais de um contrato com diferentes organizações sociais.

Portanto, eu gostaria de propor à V. Exa. que todos nós recebamos uma cópia desses contratos, e que a Junta Comercial seja acionada para sabermos quem são os dirigentes de cada uma dessas empresas, e trata-se apenas de uma amostragem. Foram trazidos aqui cinco casos, e possivelmente haverá um número muito maior. Por fim, gostaria de perguntar ao Sr. Mauri, como se dá exatamente o procedimento de prestação de contas. Ora, a Dra. Eliana veio aqui e fez toda uma explanação técnica, uma pessoa correta e capaz, e gastamos um tempo enorme ouvindo a explanação sobre como a Secretaria de Estado da Saúde faz algum tipo de controle, embora o Tribunal de Contas tenha dito que esse controle é insuficiente, e que várias reuniões foram gastas para convencer a secretaria de que ela precisaria ter um mecanismo de controle interno e próprio.

Entretanto, na apresentação feita por ela, não aparece essa questão de contratos. E nos interessa saber qual é o fluxo da informação. Se você puder de maneira didática nos informar, como a organização social ou a empresa quarteirizada presta contas. Por que o senhor pode afirmar que de fato a Secretaria de Estado da Saúde tem conhecimento desses contratos? Chegou a mencionar que há publicidade no portal da secretaria. E

terceiro, qual é o órgão da secretaria que efetivamente analisa se esse contrato é superfaturado ou não, se foi efetivamente aplicado e se eventualmente recursos públicos foram mal utilizados. Porque aparentemente não está sob responsabilidade da Dra. Eliana, caso contrário ela teria nos apresentado esses problemas aqui.

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Me parece que esses contratos... Qual foi o meu questionamento na Comissão de Orçamento e Finanças da Secretaria da Saúde? Como teríamos acesso à prestação de contas das OSS? Porque uma coisa é cumprimento de metas, essa que analisamos na comissão de avaliação. Em resposta à coordenadoria de finanças da secretaria, nos informou que antigamente era uma prestação de contas através de uma mídia, então as organizações sociais colocavam todos os seus contratos na mídia e entregavam para a coordenadoria de finanças, para que se prestasse conta daqueles valores repassados mensalmente às organizações sociais.

A partir de meados do ano passado, foi criado um portal próprio da Coordenadoria de Gestão de Orçamento e Finanças. Ele não é destinado ao público, tanto que o portal chama “Portal do Gestor Financeiro da Coordenadoria de Gestão de Orçamento e Finanças”. É exclusivo para que as OSS e conveniadas prestem conta de seus contratos a partir dele. É assim que se dá. Lá eles escaneiam seus contratos e publicam nesse portal. O que fica claro é que as OSS ao fazerem esses subcontratos, ao quarteirizarem seus serviços, não têm uma exigência mínima. Muitos contratos, como já disse aqui, são genéricos. Eu tenho contratos de UTI pediátrica, por exemplo, coloca no contrato e vou deixar aqui a cópia para os senhores. Prestação de atendimento, pacientes da UTI.

Não tem número de profissionais, não tem carga horária, quantos profissionais necessários. Ele é muito genérico. Uns até colocam algumas coisas, mas você vê que são contratos que os donos são funcionários públicos do Estado, médicos. Então já entra numa outra irregularidade. Parece não haver um critério específico para que as OSS contratem, celebrem esses subcontratos. Então o fluxo atual, respondendo a sua pergunta, deputado Carlos Neder, é que as OSS prestam contas a partir desse portal. Afirmarem ou celebrarem seus contratos, os administrativos da OSS publicam seus contratos nesse portal.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Se nós deputados quisermos acessar esse portal, conseguimos?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Qualquer um de nós consegue, tem um caminho que não é dos mais fáceis, mas você consegue a partir de um mínimo conhecimento, de links do que você quer procurar.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Mas o senhor havia dito que o portal não é público.

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Ele não é público porque é próprio da coordenação. Não é destinado ao público, melhor dizendo. Mas uma pessoa pode acessar se tiver curiosidade, se quiser entender melhor. Tem que buscar minuciosamente. Ele não é destinado ao público geral.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Enquanto outros colegas se inscrevem, anotei aqui primeiro a inobservância ao decreto do governador de 2017, que explicitamente diz que os salários praticados nas organizações sociais devem ser tornados públicos. E o Tribunal de Contas quando aqui esteve, entre outras irregularidades, falou de taxa de administração e também de salários de remuneração de dirigentes. Portanto, eu acho que esse aspecto precisa ser melhor investigado. Segundo, foi dito que o Conselho Estadual de Saúde aprovou dois relatórios, que foram encaminhados ao secretário David Uip, mostrando que não estava havendo o cumprimento de metas.

Entretanto, o secretário entendeu por não cobrar os valores devidos referentes a 2015 e 16. Isso pode inclusive implicar em ato de improbidade administrativa. Se há um documento, vossa senhoria trouxe cópias?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Sim.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Se há um documento do Conselho Estadual de Saúde, que é presidido pelo secretário, e esse conselho orienta que haja cobrança de valores devidos, e por razão que desconhecemos não houve essa cobrança e esse tipo de decisão não foi homologada pelo secretário, mais uma vez se justifica aqui o convite que nós formulamos para que o ex. secretário David Uip, e hoje diretor da Faculdade do ABC, venha até esta Comissão para que possa esclarecer isso.

E por fim, a questão desses contratos envolvendo essa organização social chamada Famesp, entre outras. Chama a atenção para duas delas, a SPDM e a Famesp, que juntas respondem por 43% dos valores praticados. É isso?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Não, é a SPDM e a Seconci. A Famesp tem 12%.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Então somadas, vamos ter quase 55% ou mais do conjunto de recursos destinados. Então em algum momento acho que vamos ter que ouvir a Famesp, o Seconci e também a SPDM. Talvez não tenhamos condições de ouvir as 46 entidades qualificadas como OSS. E foi dito aqui pela Dra. Eliana que das 46 qualificadas, 23 efetivamente mantêm contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde. Nós não vamos ter tempo para ouvir as 23, por exemplo. Mas pelo menos usando uma curva ABC, deveríamos pegar aquelas que têm uma participação mais expressiva no orçamento da secretaria, que inclui SPDM, o Seconci e a Famesp. Gostaria de deixar essa sugestão para analisarmos.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem, excelência. O nobre deputado Barros Munhoz está inscrito.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O que me parece, em princípio, é que o que realmente deve ser fiscalizado, não é. Cumprimento de metas seria o quê? Atender tantas pessoas, fazer não sei o que, dar tantas vacinas, fazer tantas intervenções cirúrgicas? Isso é meta? Isso é o que você avalia?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Nessa comissão de avaliação dos contratos é isso que se avalia.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Agora se o contrato foi cumprido, o gasto foi previsto ou não, se esse contrato foi corretamente formulado, se os preços são os de mercado ou não, se há exageros ou não, a quem pertence as OSS contratadas? Enfim, tudo isso que você falou, eu sinceramente estou dizendo que isso para mim é um espanto total. Porque quando você fala em fiscalizar é isso. Lógico que você fiscaliza as metas também, o fundamental é isso, cumprir meta, principalmente se melhorou a saúde

da população. Essa é a meta que mais deve ser buscada. Agora, tudo isso é importante. Não há uma fiscalização? É só a do Tribunal de Contas? Que pelo visto também não está fiscalizando isso então. Eu acho que não tem ninguém fiscalizando. Está certa a minha impressão ou estou errado, mal informado?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Acho que não é só impressão, deputado. Acho que é a realidade. O que eu coloquei no início da minha fala é isso, não há fiscalização. Há acompanhamento de contratos, denominado no esclarecimento que a Dra. Eliana colocou aqui. Ela há todo momento se recusou em se pronunciar sobre fiscalização, ela se colocou enquanto acompanhamento de contratos. E é isso mesmo. Eu trouxe cinco exemplos aqui dos maiores contratos, e repito, essa base de dados é nova, de 2016. Muitos hospitais ainda não publicaram seus contratos, ou publicaram pouca coisa.

Claro que tive uma dedicação a buscar esses contratos, mas se o Tribunal de Contas quisesse averiguar isso, já teria averiguado, porque é nítido. Um cruzamento simples entre um funcionário público dono de uma empresa, isso para o Tribunal de Contas é a coisa mais simples que há de existir. No entanto, observamos em vários contratos, inclusive proprietário, não só sócio, prestando serviço para o Estado.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor me concede um aparte, deputado?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pois não, deputado Cezinha.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Então com suas palavras, o senhor está dizendo que o Tribunal de Contas está inadimplente com o seu papel?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Não sei se está inadimplente, mas o presidente esteve aqui, o Dr. Renato, e colocou suas limitações.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Não, o senhor disse que não está sendo fiscalizado.

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Não está sendo fiscalizado.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - E que o papel seria do Tribunal de Contas. Se não está sendo feito, o erro está no Tribunal de Contas.

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Não só do Tribunal de Contas, mas dessa Casa, do Conselho Estadual de Saúde. São funções nossas. Eu enquanto controle social, e por isso fiz esse trabalho, é de fiscalização. Agora eu não tenho o poder de atuar. Talvez o Tribunal de Contas tenha o poder, talvez os Srs. Deputados e a Assembleia tenham o poder de atuar. O Conselho Estadual de Saúde não tem.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Temos tanto, que estamos aqui interrogando o senhor. Nosso papel nós estamos fazendo.

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Para o bem do controle social e do Sistema Único de Saúde, é importante que haja fiscalização. E o que observamos até agora é que não há fiscalização. Estamos falando de por ano, quase seis bilhões de reais destinados a empresas privadas, que mesmo denominadas sem fins lucrativos, estão gerenciando esse dinheiro público.

Então o Tribunal de Contas, eu tive a oportunidade de conversar com o Dr. Renato quando acabou a audiência, e coloquei par ele, que o relatório apresentado no site do Tribunal de Contas é totalmente diferente do que ele apresentou aqui. Lá é de maneira genérica, de atendimento. E o que ele apontou aqui de irregularidades ele apresentou para a Comissão. Se os senhores observarem o que está publicado no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, é diferente. Colocam acessibilidade, atendimento, mas não fala de irregularidades.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Só uma questão. E qual foi a posição dele?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Ele falou que nem tudo pode colocar aqui, porque são informações muito complexas. Alguma coisa assim, não

foram nessas palavras. Mas que aquele relatório apresentado é de maneira genérica, e aqui foi apresentado de maneira específica e detalhada.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor está dizendo então que o presidente do Tribunal de Contas omitiu a esta CPI informações?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Não, pelo contrário. Ele trouxe mais informações para cá.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Mas está contraditória a fala do senhor.

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Não. Eu falei que no site do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo existe um outro relatório que não é aquele que foi apresentado aqui. O que ele apresentou aqui é muito mais detalhado, e inclusive traz para nós respostas que já estávamos querendo saber. O que ele apresentou aqui é muito mais detalhado e importante.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela oportunidade, Cezinha. O presidente do Tribunal de Contas, Dr. Renato, que veio aqui e nos trouxe o embasamento de tudo como funciona, o tipo de fiscalização que eles fazem, eles também não ficam o dia inteiro fiscalizando lá. Não é função deles só, eles querem ver o contrato, etcetera. O governo é que tem essa função. Mas ele se comprometeu, está juntando toda a documentação, nossa secretaria está mantendo contato direto, tem um representante aqui hoje, o Gustavo, do Tribunal de Contas. Está juntando toda essa documentação das denúncias, irregularidades, o que encontraram, para encaminhar para nós. Devemos ter isso na próxima semana, até a título de informação.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Ok, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O deputado Barros gostaria de continuar?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu gostaria de indagar, aproveitando os seus conhecimentos práticos e concretos, que é o que interessa a nós. O número de exemplos que o senhor dá, e ainda bem que o senhor tem alguns, porque foi a primeira vez que vimos alguma coisa concreta. Estou parabenizando, não estou criticando. Mas ao meu ver é muito pequeno. A minha indagação é o seguinte, vocês estão lá no meio, a rádio peão sabe de tudo. Os outros também são assim? Por exemplo, essa Famesp, de quem é? É de que grupo, de que organização, qual hospital, qual faculdade? Vamos dar nomes aos bois. Quem é a Famesp?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Já citei aqui. Esses contratos assinados foram pelo atual adjunto do secretário.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas ele é o presidente. Mas ele é o dono da instituição?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Aí é um trabalho investigativo deputado, não dá para sabermos. Eu não tenho conhecimento.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor sabe, todo mundo lá sabe, não sabe?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Eu não sei. Eu posso afirmar aquilo que eu me debrucei e pesquisei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu vou dar uma olhada aqui no pessoal, eles sabem sim.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Se me permitir. Eu havia sugerido ao deputado Barros Munhoz, não sei se aprovaremos isso, mas que poderíamos ver algumas dessas empresas, e solicitar na Junta Comercial qual é o seu corpo diretivo, quando elas foram formadas. Eu recebi denúncia, e preciso ver se ela procede, de contrato assinado antes da empresa ter sido formalmente constituída na Junta Comercial. Eu assino o contrato hoje e constitui a empresa daqui dez dias.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Agora ao que me parece, salvo engano, até gostaria de ser esclarecido realmente. Aquela senhora que teve aqui, que até fiz questão de interromper porque veio contar história, como quando eu faço com a minha netinha quando quero que ela durma. Ela estava contando história e nós interrompemos, graças a Deus, não é Neder? Não é essa a função daquela coordenadoria?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Eu acredito que sim. Se é uma coordenadoria que celebra os contratos...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Quem que analisa se a empresa que está entrando é acreditada ou não é, se está cumprindo bem suas funções, se não tem reclamações, como consta que tem em Bauru, se funciona bem aqui?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - É essa coordenadoria que ela coordena.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O que é elementar em qualquer tipo de trabalho. Vou contratar um pedreiro para a minha casa, um pintor, eu quero saber a referência dele. Onde ele já trabalhou, quem pode falar para ele, “você pintou a última casa de quem?”, “o cara é bom mesmo? É sério, competente, honesto?”. É o mínimo de qualquer cidadão. Então eu devo inferir que isso não se faz?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - A princípio, já a partir da Lei 846 diz o seguinte, não há licitação. É um chamamento público. Cabe a essa coordenadoria e uma outra que me falha agora o nome, analisar e firmar o contrato com a organização social. Não é uma licitação, um processo de disputa do melhor contrato, da melhor prestação de serviços. É um chamamento público, haja vista o último exemplo do Hospital da Itanhaém.

A organização que ganhou é da Bahia. Nada contra quem é da Bahia e queira vir trabalhar aqui, agora com tantas OSS aqui estabelecidas no estado de São Paulo, vai contratar uma organização da Bahia? Que inclusive nós levantamos problemas que tiveram lá com funcionários em greve por falta de pagamento. É um chamamento público, não uma licitação.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Me permita. O senhor tem participação nacional também, ou só estadual?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Só estadual.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Na sua atividade normal e sindical?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Estadual.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Prefeituras também?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Não, só o estado. Conselho Estadual de Saúde.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - A minha pergunta é bem objetiva. E essas instituições contratadas pelo Estado de São Paulo, praticam preços iguais, semelhantes, menores ou maiores do que em outros estados do Brasil?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Não tenho conhecimento.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ok. Presidente, entendo que a coordenadoria, Dra. Eliana, acho que é absolutamente indispensável que ela volte aqui para não contar história, mas a verdade.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Está certo, excelência.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Presidente, só uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Tem a palavra, deputado Roberto Morais.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - O depoente diz que essa OSS da Bahia teve problema com funcionários. E aqui em São Paulo, está tendo problemas também?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Ela assumiu agora em novembro do ano passado o gerenciamento do hospital. Até agora não temos informação.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Já são uns cinco, seis meses.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Qual é a empresa?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - É o Instituto Sócrates Guanaes.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Ela atua onde aqui?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - No Hospital Regional de Itanhaém.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Não tem reclamação?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Até o momento não.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - E o SUS de Piracicaba? É minha cidade, e faz um mês só que inaugurou o hospital regional. E está sendo gerido pela Unicamp. Mas lá não teve problema não né?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Por enquanto não.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Esse nome, Instituto Sócrates Guanaes, esse Guanaes tem algum tipo... Você tem informação de qual é o corpo dirigente desse instituto?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Não tenho conhecimento.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Então mais uma vez acho necessário que façamos esse levantamento junto à Junta Comercial. Acho que V. Exa. na condição de presidente poderia entrar em contato, e ver não só as OSS, que acho que poderíamos pedir ao conjunto das 46 qualificadas, mas também algumas empresas como as aqui citadas, que mantêm esses contratos significativos. Para sabermos quando elas foram constituídas, e quem compõe seu corpo diretivo. Presidente, mais uma vez acho que faz falta para nós ter as notas taquigráficas das reuniões anteriores, até para que possamos avaliar o que foi já solicitado, se está sendo devidamente encaminhado ou não.

Por exemplo, temos aqui um representante do Tribunal de Contas do Estado. De fato, ali nos slides apresentados, sobretudo nas páginas 26 a 32, o presidente do Tribunal de Contas do Estado apresentou inúmeras irregularidades. Entretanto, ele não citou exemplos de irregularidades do ponto de vista concreto, como está sendo feito hoje, com contratos, nomes, empresas, e providências que foram solicitadas à Secretaria de Estado da Saúde. Eu acho que precisamos agilizar o envio desse material pelo Tribunal de Contas do Estado e ao mesmo tempo reiterar junto ao presidente que precisamos das notas taquigráficas das reuniões anteriores. Inclusive o relator certamente deve estar sentindo falta desse material.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Sem dúvidas, excelência. Nós temos cobrado veementemente o Sr. Presidente, e estamos encaminhando ao gabinete de Vs. Exas., através de e-mail, toda a gravação aqui da reunião em áudio, para tentar facilitar, se houver dúvidas. Mas estamos cobrando a Presidência da Casa, se for o caso para um aditivo de contrato, já que o serviço é terceirizado, para fazer o trabalho da CPI.

Vou fazer algumas perguntas à Vossa Excelência. O que ocorre é que quando houve um requerimento para trazer a Dra. Carla Bertocco aqui, é que ela era responsável para fazer a qualificação das OSS que poderiam participar das licitações.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, presidente. Eu entendo perfeitamente, e acredito até que ela venha e faça isso com tranquilidade no momento oportuno. Mas eu não acho que esteja aí o problema. Você pode fazer um edital e exigir as coisas mais lindas do mundo. Vou repetir aqui algo que já falei, desde 64 que aprendi isso e pratico. Todo trabalho pressupõe planejamento, execução e fiscalização. Eu não posso conceber que alguma coisa dê certo se não for fiscalizada e acompanhada. Eu acho que o problema está na fiscalização. Até concordo, mas só achei inoportuna a vinda dela já num momento tão aflitivo para a vida dela. Mas não tenha a menor sombra de dúvidas que ou ela ou a sucessora dela tem que vir aqui explicar quais são os critérios.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vamos solicitar todos esses pleitos. E se os senhores concordarem, vamos solicitar que todas as OSS que têm contrato com o Estado, nos repasse cópia dos contratos que eles têm com as quarterizadas, para que tenhamos conhecimento. Eu tenho visto sempre na Folha de São Paulo os editais da SPDM, de contratação de serviços. Acho que eles fazem um edital de chamamento, qualquer coisa.

Então vamos solicitar tudo isso, e distribuimos o que é de cada área para cada relator, para que possa ir verificando. O que me parece é o seguinte, é mais ou menos o esquema que vimos lá. Não estou aqui acusando ninguém, mas da Lava Jato. Tem empresa que tira nota e talvez não presta o serviço, é um meio de desviar recursos. Agora tenho umas perguntas ao senhor, já que chegou a minha vez. O senhor tem conhecimento se foram abertos processos disciplinares contra esses servidores públicos que participam de empresas que prestam serviços, são contratadas pela OSS e recebem recurso público?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nenhum processo disciplinar? Os senhores denunciaram em algum momento?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - A bem da verdade, tive conhecimento desse fato a partir da instauração da CPI, foi quando me dediquei mais e fui averiguar quem eram os donos dessas empresas subcontratadas pelas OSS.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Entendi, ok. Há notícias de quarteirização para beneficiar empresas que estão proibidas de contratar com o setor público?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - As que eu analisei estão todas ativas na Junta Comercial, sem nenhuma restrição.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Não tem punibilidade pelo setor público, pelo Tribunal de Contas?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Não, pelo menos o registro está ativo na Receita Federal, na Junta Comercial.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Entendi. O senhor tem conhecimento se os contratos com as OSS incluíram ou incluem a remuneração de representantes que atuam como uma espécie de relações institucionais perante entidades e outros órgãos públicos?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Então vou fazer uma pergunta direta para o senhor, essas OSS pagam lobista para fazer o trabalho?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Não tenho conhecimento, deputado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Lobistas, temos conhecimento disso também, veio muita coisa essa semana para encaminharmos aos deputados. O senhor tem conhecimento se a organização Pró-Saúde... Conhece? Já ouviu falar?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Ela não tem contrato com a Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Mas não tem contrato nenhum?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Nenhum, certeza que não tem.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O senhor tem conhecimento se essa Pró-Saúde é a mãe de todas as OSS que talvez não prestem um bom serviço, ou tenham recursos desviados?

O SR. MAURI BEZERRA DOS SANTOS FILHO - Não tenho conhecimento, deputado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pergunto aos Srs. Deputados se gostariam de fazer mais algum questionamento. Nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, nós formamos quatro subgrupos aqui, e fiquei responsável pelo subgrupo da capital. Todos sabemos que há uma lei própria na capital, e os contratos não se confundem com esses firmados pelo Governo do Estado, ainda que as organizações sociais possam ser as mesmas. Mas é com base numa outra legislação, um outro procedimento de controle e também envolvendo valores diferenciados. Eu solicitei uma audiência com o presidente do Tribunal de Contas do Municípios, e fiquei um pouco inseguro de saber se tinha essa liberdade e prerrogativa, ou não. Ou se deveríamos fazer isso conjuntamente.

Então gostaria de agir de duas maneiras. Uma é fazer um requerimento para que seja feito o convite ao presidente do Tribunal de Contas do Município, e tão logo seja agendada essa audiência, estenderia o convite a todos os membros da CPI para que possamos conversar com ele, caso abra a agenda, até para mostrar a importância de ele vir contribuir com essa CPI na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É o ex-deputado João que está lá né?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Exatamente, estamos aguardando uma resposta.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vamos aprovar um requerimento aqui. É o João...?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - É ex-vereador e atual presidente do Tribunal de Contas do Município. João Antônio.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Para ele fazer uma explanação de como são os contratos, como fez o presidente do TCE.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É o João Antônio, amigo nosso, poeta, escritor.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Exatamente. Então algumas sugestões foram feitas aqui, e não sei se... Ainda aproveitando a presença do Sr. Mauri, primeiro que seja acionada a Junta Comercial para obter essas informações, tanto em relação às OSS como as empresas teoricamente quarteirizadas aqui citadas. Que cópia dessa documentação seja entregue a todos os membros da CPI. Vossa Excelência sugeriu que nós aprovemos aqui que todas elas ofereçam à CPI a relação dos contratos firmados com esse caráter de quarteirização.

Que nós avaliemos se mais adiante não seria o caso de chamar novamente, sugestão do deputado Barros Munhoz, a Dra. Eliana, e eventualmente outras pessoas responsáveis pelo acompanhamento dos contratos. E também mais adiante, pelo menos essas três organizações sociais maiores - a SPDM, o Seconci e a Famesp, que ficam com maior percentual de recursos destinados pela Secretaria de Estado da Saúde. E por fim, talvez mais adiante seja necessário que nós ouçamos novamente o Tribunal de Contas do Estado, órgão de assessoria do parlamento estadual, porque é preciso aprimorar o controle interno na Secretaria de Estado da Saúde, mas também os mecanismos de controle externo, seja do parlamento estadual ou do Tribunal de Contas do Estado, pelo que está se evidenciando aqui em termos de contratos, cujo conteúdo não é propriamente acompanhar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor me permite um aparte, deputado?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pois não, deputado?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Quem aqui já foi prefeito e milita na área municipal, sabe como é feita a fiscalização do Tribunal de Contas. Eles vão buscar quantos quilos de prego vai numa parede, quanto custa o prego por quilo, cimento. É assim que se faz fiscalização, eu só entendo desse jeito. Sinceramente, estou... Tenho um amigo que falava que estava dormindo mal e agora ele nem dorme mais. E eu estou mais ou menos assim, estava dormindo mal e agora não vou nem dormir mais. Eu acho que realmente a coisa é gigantesca a ser averiguada. Tomara Deus que seja tudo tranquilo e perfeito.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Eu não sei se os senhores se recordam, mas na vinda da Dra. Eliana ela colocou que a quem cabe fazer a fiscalização, se não me falha a memória, os senhores e a assessoria lembram e podem verificar depois, são as DRS de cada região. Se estão prestando serviço, se não estão, se estão cumprindo, se tem médico ou não, cumprindo o contrato. Se não me falha a memória ela acabou dizendo isso. É que foi bastante cansativo aquele dia que ela veio, então às vezes fugiu alguma coisa. Mas vamos dar uma olhada, porque de repente não são muitas DRS no estado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Talvez seja o caminho. Porque alguém deve fazer, não é possível que não se faça. Agora também precisa saber se o que é feito é levado em conta, se tem consequências. O importante é isso. Porque as DRS reportam uma outra coordenadoria da saúde, que cuida especificamente das DRS. E de repente não estão se falando. O importante é que haja a coordenadoria encarregada de fiscalizar a fiscalização. É perfeitamente bem colocada a sua fala presidente, mas é mais um motivo de esclarecermos de fato.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Como bem lembrado, estou tentando localizar aqui, eu fiz esse questionamento a ela mencionando uma portaria recém editada, que responsabiliza as DRS por uma ação descentralizada de

acompanhamento. Ela disse que desconhecia a portaria e que não era vinculada à coordenadoria que ela atua como diretora. Portanto, essa coordenadoria cuidava de convênios, e não contratos de gestão. Portanto, não havia participado da confecção dessa portaria e não tinha conhecimento do seu teor.

Eu acho que seria interessante nós avaliarmos se é exatamente essa outra coordenadoria que cuida das parcerias, convênios e não contratos de gestão, que estariam mais diretamente sendo analisadas por essa coordenadoria. E é preciso lembrar também que houve aqui uma afirmação, até certo ponto polêmica, do presidente do Tribunal de Contas do Estado, que reconheceu que são 46 entidades qualificadas, e dessas, 23 são entidades que estão de fato com contrato firmado com a Secretaria de Estado da Saúde. Mas ele mencionou 8.400 contratos no estado de São Paulo. Isso foi contestado pela Dr. Eliana, porque ela mostrou aqui que o presidente do Tribunal de Contas do Estado...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É com a cultura, ela disse. Não só com a saúde.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E mais que isso. Ela fez um questionamento, da mesma forma que o Sr. Mauri está fazendo hoje em relação ao Tribunal de Contas do Estado, e não é ilegítimo que o faça, dizendo o seguinte, que foram incluídos indevidamente nesses 8.400 contratos muitos convênios que não são com organizações sociais, e, portanto, não se configuram como contratos de gestão. Então o Tribunal de Contas do Estado nos trouxe duas informações mescladas - próprias das organizações sociais com base na Lei 846, e também outros tipos de convênios firmados que ficam sob fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, mas que não são diretamente relacionados à Lei 846.

Daí o porquê do representante do Tribunal de Contas que aqui está, acho que deveria nos ajudar a fazer essa separação do que é próprio das organizações sociais e o que são convênios e contratos, embora não contratos de gestão com OSS.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Vou pedir licença, porque acho que já estamos concluindo.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Estamos, excelência. Até às 14 e 30 esse espaço vai ser utilizado por outra Comissão.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Eu só gostaria de fazer uma última sugestão para o deputado Barros Munhoz. O Conselho Estadual de Saúde, e o Sr. Mauri é membro, o órgão colegiado que fica acima do secretário de Estado da Saúde, poderia nos encaminhar sugestões de como aprimorar o controle sobre as organizações sociais, de tal maneira que possamos pensar mudanças dessa sistemática.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Só para dar a informação, o nobre deputado Bolçone acaba de ser eleito vice-presidente da Comissão de Finanças. Quero agradecer o Mauri por vir até aqui e trazer essas importantes informações. Está nos deixando tudo que tem conhecimento e demonstrou aqui. Agradeço a presença dos Srs. Deputados, da nossa assessoria, a imprensa que está presente e a todos. E lembrá-los que na próxima terça-feira, 11 horas, temos uma nova sessão. Vamos confirmar os convidados que virão aqui. Muito obrigado a todos.